

idn cadernos

SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
5 DE FEVEREIRO, 2019

idn Instituto
da Defesa Nacional

nº 32

Seminário de Defesa Nacional

Fundação Calouste Gulbenkian

5 de fevereiro, 2019

Lisboa

Julho de 2019

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretora

Helena Carreiras

Editor

Luís Cunha

Núcleo de Edições

António Baranita

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

PENTAEDRO, Lda.

Praceta da República, 13 – 2620-162 Póvoa de Santo Adrião – Portugal

Tel.: 218 444 340

Fax.: 218 492 061

E-mail: pentaedro@mail.telepac.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 150 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2019

ÍNDICE

Nota Introdutória

Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho 5

Sessão de Abertura do Seminário de Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa de França, Madame Florence Parly 9

Intervenção do Primeiro-ministro de Portugal, Dr. António Costa 13

PAINEL I

A Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade 19

PAINEL II

Os Desafios da Ciberdefesa e as Ciberameaças 21

PAINEL III

A Cooperação Civil-Militar na Resposta a Ameaças Não-Militares 27

PAINEL IV

A Base Tecnológica das Indústrias de Defesa 31

Sessão de Encerramento do Seminário de Defesa Nacional

Intervenção da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto 35

Programa do Seminário de Defesa Nacional

38

Nota Introdutória

A ideia de realizar um Seminário de Defesa Nacional, onde se debatessem os grandes temas da atualidade da Defesa Nacional, entre os principais responsáveis pela elaboração e pela execução das políticas, começou a ganhar forma a partir do desafio lançado pelo Primeiro-ministro António Costa.

A sua perceção – e que era também a minha – era de que, face aos imensos desafios com que a Defesa Nacional se deparava, fazia falta um espaço onde aqueles que são os seus principais intervenientes pudessem construir um diagnóstico comum e, a partir dele, pudessem ser identificados os caminhos mais relevantes para o país, bem como onde se pudessem visitar os nossos processos de tomada de decisão e de operacionalização das políticas nacionais nesta área governativa.

De forma semelhante, a perceção de um continuado afastamento entre as nossas Forças Armadas e a sociedade portuguesa exige-nos um ativismo constante na promoção e conhecimento mútuo. Por isso, este seminário deveria, de igual forma, envolver a sociedade portuguesa, através da participação de um conjunto de especialistas do mundo civil.

Estas duas dimensões – uma interna, necessariamente mais restrita, e uma mais ampla, com a integração de perspetivas mais diversas – são essenciais para que a Defesa Nacional possa desenvolver respostas capazes para os grandes desafios do nosso tempo e do futuro próximo.

Foi este, portanto, o caderno de encargos com que incumbi o meu gabinete no planeamento e organização do primeiro Seminário de Defesa Nacional que teve lugar no dia 5 de fevereiro na Fundação Calouste Gulbenkian.

A realização de um Seminário de Defesa Nacional no atual momento foi particularmente útil e pertinente. Ao longo dos últimos meses preparámos e apresentámos, na Assembleia da República, aquele que é o principal instrumento de financiamento das Forças Armadas – a Lei de Programação Militar –, e que neste caso consubstancia um aumento muito considerável do investimento nas Forças Armadas. A proposta apresentada, e que veio a ser aprovada pela Assembleia da República no dia 3 de maio de 2019, com ajustes pontuais que resultaram do debate com as diferentes forças políticas aí representadas, promove alterações paradigmáticas nas Forças Armadas.

Igualmente relevante é o contexto da defesa europeia e euro-atlântica num mundo que, mais uma vez, vive um momento de adaptação da ordem internacional. Portugal continua a ver na segurança coletiva a âncora da sua segurança e, por isso, permanece profundamente comprometido com a segurança dos seus aliados, no quadro europeu e da NATO. Também por essa razão se torna premente a necessidade de pensarmos sobre os caminhos estratégicos da nossa Defesa, neste que é um contexto de fragmentação e volatilidade internacional.

Partindo deste contexto, foi identificado um conjunto de matérias que nos pareceram particularmente urgentes e que carecem de definição e de decisão mais imediata. Algumas delas beneficiam já das reflexões desenvolvidas no Seminário, tornando as nossas propostas mais densas e mais consequentes com as diferentes sensibilidades.

Esta publicação, que apresentamos na forma de um IDN Cadernos do Instituto da Defesa Nacional, procura fazer um resumo necessariamente limitado das ideias centrais que cada um dos painéis do seminário abordou, tendo em conta a regra de Chatham House que se aplicou às sessões restritas do evento. O programa do evento está incluído no final deste IDN Cadernos.

Tivemos a honra de contar com duas notáveis intervenções na sessão pública de abertura e que aqui reproduzimos na íntegra. A primeira, da Ministra francesa das Forças Armadas, Françoise Parly, e a outra do Primeiro-ministro António Costa.

É particularmente feliz que tenha sido a Ministra das Forças Armadas de França a nossa oradora principal neste primeiro Seminário de Defesa Nacional, tendo em conta a cooperação próxima que os nossos dois países têm mantido no domínio da Defesa. Portugal e França têm laços de cooperação estreita e estão comprometidos a agir de forma conjunta e em dar respostas solidárias aos desafios comuns.

Portugal e França contribuem conjuntamente para uma cultura de defesa europeia, nomeadamente no âmbito da Iniciativa Europeia de Intervenção, e na partilha de ideias e iniciativas no espaço da União Europeia e também da NATO. Temos vindo a aprofundar a nossa cooperação para a segurança marítima no Golfo da Guiné e para a estabilização da África central e continuaremos a fazê-lo, refletindo a sobreposição e convergência dos nossos interesses.

O primeiro painel restrito abordou uma temática que elegi como tema transversal ao meu mandato de um ano à frente do Ministério da Defesa Nacional: as relações entre as Forças Armadas e a sociedade. Em democracia, a governação é feita com os cidadãos e pela centralidade que este tema assume para o futuro da Defesa Nacional e do país, dediquei a minha intervenção de fundo neste seminário a esta questão.

Nestes meses de mandato à frente da Defesa Nacional tivemos já a oportunidade de aprovar dois planos setoriais, cujo impacto neste domínio se espera elevado. O primeiro é o Plano Setorial para a Igualdade (2019-2021) e o segundo é o Plano de Ação para a Profissionalização. Agora, é tempo de os ramos das Forças Armadas incorporarem as medidas identificadas nestes planos na sua organização e atuação. Esperamos, com isso, que se possa melhorar a atratividade das Forças Armadas e os números do recrutamento, entre outros aspetos.

O segundo painel abordou a urgente temática da Ciberdefesa e das ciberameaças. Aqui é crucial pensar qual o contributo da defesa para a cibersegurança, mas também quais as especificidades da ciberdefesa. O painel abordou questões relativas à dimensão doutrinal, mas também referentes à adequação das nossas capacidades de ação, nomeadamente através do investimento e recrutamento.

Também neste domínio estamos a dar passos importantes. Portugal conta já com uma Estratégia Nacional de Cibersegurança, para a qual a Defesa Nacional contribui ativamente, e estamos a desenvolver uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa. Estamos também a colmatar lacunas mais imediatas, através do trabalho desenvolvido pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas e o centro de Ciberdefesa que foi criado na sua dependência. Também no âmbito da Lei de Programação Militar foram reforçadas as verbas previstas para o desenvolvimento das nossas capacidades nesta matéria e foi previsto já um reforço de efeitos para este importante setor da nossa defesa.

O terceiro tema abordado no Seminário de Defesa Nacional centrou-se na cooperação civil-militar na resposta a ameaças não militares. Hoje, os desafios à segurança dos portugueses advêm de problemas complexos e as nossas respostas não podem esgotar-se nas divisões estanques de competências interministeriais. Precisamos de garantir a interoperabilidade e a cooperação interinstitucional.

Para isso, as Forças Armadas estão gradualmente a dotar-se de equipamento de duplo-uso, nomeadamente através das aquisições previstas da Lei de Programação Militar. Mas é também necessário desenvolver modelos e culturas operacionais complementares, entre as estruturas civis e militares envolvidas nas respostas às emergências complexas do nosso tempo. A experiência em curso no Apoio Militar de Emergência que as Forças Armadas estão a prestar é, nesse sentido, uma aprendizagem de enorme mais-valia.

O quarto e último painel abordou a questão do desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa. Este é um setor ao qual o Estado e as Forças Armadas estão particularmente atentos. Aqui radicam oportunidades importantes para dar resposta às nossas necessidades estratégicas e para o desenvolvimento económico do país. Por isso, o papel da indústria e dos privados, bem como da investigação tecnológica, são fundamentais. Mudanças recentes na defesa europeia – como a criação de um Fundo Europeu de Defesa e a Cooperação Estruturada Permanente – recomendam uma revisão do setor empresarial de defesa onde o Estado detém participações, e recomendam uma alteração das estratégias nacionais de envolvimento nestas dinâmicas.

Nesta matéria o trabalho dos últimos meses tem sido particularmente intenso. Promovemos um seminário internacional sobre a Cooperação Estruturada Permanente, no dia 12 de abril, onde colocamos o setor industrial a falar diretamente com as estruturas do Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas na procura de sinergias. Foi criado, sob despacho ministerial, um Grupo de Acompanhamento da Participação de Portugal nos Projetos PESCO (o GAPP-PESCO). Concluída a liquidação da Empordef, surgirá, muito em breve, a futura *holding* das indústrias de defesa, que temos vindo a preparar, assente num novo paradigma. A reorganização da participação estatal no setor da defesa é uma prioridade que temos prosseguido.

É, portanto, ao longo destes eixos que a contribuição deste debate se fez e esperamos que esta publicação possa servir para renovar o debate em torno destas questões, assim como aproximar os cidadãos destas que são temáticas estruturantes do futuro próximo da Defesa Nacional.

Deixo uma palavra de agradecimento a todos os que tornaram o evento uma realidade e ao Instituto da Defesa Nacional pelo apoio na elaboração e disseminação desta publicação.

Muito obrigado a todos.

João Gomes Cravinho,
Ministro da Defesa Nacional

Lisboa, 2 de julho de 2019.

Sessão de Abertura

Intervenção da Ministra da Defesa de França, Madame Florence Parly, na sessão de abertura do Seminário de Defesa Nacional

Dear Prime Minister;
Dear Minister of Defence;
Dear members of the government;
Your Excellencies;
Ladies and Gentlemen;

First of all, I would like to thank Minister Gomes Cravinho for his invitation. For long enough, we were told a European defence was and had to remain a dream. I think our presence here today belies this statement and I am pleased that we can share our views on this challenge.

Our continent has been at peace for seventy years. But, today more than ever, this peace should not be taken for granted. We are facing growing threats.

First of all, threats on the European continent itself: from High North, the Baltic Sea, to Crimea and Eastern Ukraine and the Black Sea, by the use of force and intimidation, the rules-based international order resulting from the end of the Cold War has been challenged. From non-compliance with treaties such as the INF Treaty to violation of several European states' sovereignty, the whole legal structure on which European peace relies is jeopardized.

Some threats are not specific to our continent. And most of them are of an international nature. The effects of climate change, the challenges of migration crises, pandemic risks, organized crime and jihadi terrorism, which strikes our societies and our populations, are all constant warnings at the very gates of Europe.

Let us not forget the seemingly more distant challenges of Asia. The rise of China, also contesting the rules-based order and now having the second world military budget, and the uncertainties on the development of the Pyongyang regime are destabilising factors in the region.

We are also confronted with new rising threats in space and in the digital world, which both offer our enemies the comfort of acting in the shadow. This provides the almost full guarantee of impunity to those who spy on or wish to interrupt service.

We are now living in a world where some States have the means to deny access to space; to deteriorate other countries' space capacities through manoeuvres, or even the use of force.

We are now living in a world where cyber threats, whether emerging from State or non-State actors, can likewise affect our daily lives, from banks and finance to health or energy.

We can't turn our back on these multiple challenges: it's the very security of our citizens which is at stake.

Of course, NATO is and will remain the cornerstone of the collective defence of the European continent. France attaches great importance to the Alliance. Nevertheless, we need to do more by ourselves.

The United States themselves have been calling for Europeans to take a better share of the burden.

As things stand, we have to be realistic: our continent is not fully prepared to face all the challenges I just described.

First, we must invest more in our defence. Only four European countries currently make it to the world's top fifteen defence budgets. The gap is widening with other major powers such as China or Russia, but also with our ally, the United States. This is being regularly pointed out by NATO. It was also clear in the EU's last Coordinated Annual Review on Defence report, which was endorsed by EU Defence ministers in November.

Second, we need more interoperability between our armies and tightened cooperation between our defence industries. It sometimes even looks as if we were in a competition to develop separate capabilities, rather than actually cooperating. For instance, we have 17 different kinds of battle tanks and 20 different types of helicopters. This leads to costly and unnecessary duplication.

Last but not least, we have to build a common strategic culture. How can we act together if we do not share the same threat assessment? Having a shared analysis of our strategic environment underpins our efforts. Having a shared understanding of possible responses is crucial if we want to be really involved in operations together. Developing a common strategic culture will take time. But it is essential to ensure that we take greater responsibility for our own security.

I strongly believe that building Europe's "self-sufficiency" is the answer we need to meet the challenges of the day. Developing such a "self-sufficiency" does not mean to do it alone. On the contrary. By having more capabilities, by being more able and willing, we Europeans will be better Allies. And I want to stress that point: we are not building this autonomy in opposition to our main Allies (the United States), but on the contrary, in full sync with them; one of the key objectives being to be able to act alongside with them.

A lot has been achieved to this end in the last two years. First of all, we set a high level of ambition with the twenty binding commitments of the Permanent Structured Cooperation (PESCO). They embody our ambition for European defence. We commonly pledged to increase our defence budgets, especially for investment and R & T projects; to be more ready to engage in operations, notably by being more interoperable and sharing costs more effectively; to develop capabilities in a collaborative way, we need to and strengthen our European industrial base.

We are now moving forward on all aspects of this strategic autonomy, namely our operational autonomy, a self-reliant technology and industry, and the development of a common strategic culture.

Regarding operational autonomy, we have strengthened our capacity to intervene when and where we want to.

A review of the Military Planning and Conduct Capability has just been conducted in order to better adapt to the needs of the European Union. Once created, the European Peace Facility will enable us to tackle an issue that we are facing every day in Central African Republic and even in Mali: we are not currently able to equip our partners with lethal material. And this is likely to undermine our credibility! The European Peace Facility will give us this ability and will thus enhance European efficiency.

Building our strategic autonomy also implies to have an autonomous Defence Industrial and Technological Base. Self-reliant technology is essential to our political and operational autonomy.

The European Defence Fund (EDF), expected to be established by 2021, will strongly contribute to that. It will represent a major investment: around € 1.5bn per year. This accounts for nearly a quarter of the annual European investment in R & D. As a preliminary stage, the European Defence Industrial Development Program will start funding projects in a few months. It is a clear signal of the importance now given to innovation, which I believe is crucial for defence.

The Permanent Structured Cooperation contributes also greatly to self-reliant technology. Within the permanent structured cooperation framework, 34 projects have been launched in one year, showing the exceptional dynamism of European cooperation. And let us not just praise quantity but quality as well: for instance, the Tiger helicopter, which is used daily to fight terrorists in the Sahel, or the ESSOR project, for better interoperability between European military communications systems, in which Portugal participates.

The third level of self-sufficiency is the development of a common strategic culture between European countries.

To this end, we launched the EI2 last year, the European Intervention Initiative. The goal is pragmatic: to elaborate a common strategic culture between European countries having the political will to act if needed and having the military means to do so. Along with Portugal, we are now 10 countries, committed to strengthening our ability to act together. The first meeting of defence ministers in EI2 format was organized in Paris on November 7th, resulting in the adoption of political guidelines, which are steering the ongoing military work. And let me tell you that this work is substantial! Focusing on blind spots, not covered either by the EU or by NATO, our teams are, for example, working on the coordination of our endeavour in the Sahel area, or the common response to potential disaster relief in the Caribbean.

What do we have to do next? Here I would like to share three thoughts with you about what I hope for our continent.

First, we have laid the grounds for this new stage of European defence in the last two years. Now it is time to deliver on our commitment.

This means meeting PESCO commitments, especially the first one: increasing our defence budgets. Our efforts here moving in the right direction are not there yet. We need to do more.

We also have to make PESCO projects happen. It means to ensure the effective implementation of projects already under way and to ensure a high level of ambition for

the next series of projects. The High Representative's annual report on the implementation of the Permanent Structured Cooperation, scheduled for March 2019, should be a key driver in this regard.

We also have to make the best use of the new EDF. I consider it as one of the major achievements of the last two years, which gives us the means to develop a true European defence industrial and technological base. In my opinion, it is a strong enabler towards a more sovereign Europe.

Second, we must reassure our non-European Allies and explain to our citizens what we are doing. A key success factor is to maintain political will over time. And that requires citizens' support. We launched multiple initiatives in a short time, with the risk of being little understood by our citizens. We need to increase our efforts to explain. We need to convince our citizens of the benefits of a "Europe that protects".

Third, we have to go further in building our "self-sufficiency". France has made several proposals in that regard. Our President suggested reinforcing European solidarity by strengthening Article 42.7 of the Treaty of European Union. We can build on the French experience of activation of the article in 2015. We should also work on rethinking the European security architecture, especially regarding arms control, in order to ensure the stability of our continent. We Europeans cannot remain spectators of our own security: we have to become key actors and promote our interest, including when agreements affecting European security are sealed without us.

At the end of the day, here is our ambition: to make ourselves, the Europeans, able to ensure our own security, to be ready to act whenever our interests are at stake – because we have the capabilities, a shared assessment and a common willingness.

Our two countries are already collaborating on various fronts. The Portuguese and French navies have started participating in common training. And not only training. In the Gulf of Guinea, Portuguese and French navies join forces to the benefit of maritime security. We are also strongly involved together in the stabilization of the Central African Republic, supporting the efforts of the UN and the EU.

In the end, we are all in the same boat. Building European defence will deepen our current collaboration and make us all stronger. Reinforcing our "self-sufficiency" will result in a better burden-sharing between Allies and us Europeans. We will have a more credible role within NATO, thereby contributing to the strengthening of the Alliance.

Let's be more responsible Allies, more able and willing Europeans. Let's invest in our defence tools together. Let's be actors, not spectators of our stability and security.

Thank you

Intervenção do Primeiro-ministro de Portugal, Dr. António Costa, na sessão de abertura do Seminário de Defesa Nacional

Senhor Ministro da Defesa Nacional

Mme la Ministre des Armées de France

Senhora Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional

Senhores Chefes do Estado-Maior da Força Aérea, do Exército e da Armada

Minhas senhoras e meus senhores

É com muita satisfação que saúdo a realização da primeira edição do Seminário de Defesa Nacional, uma iniciativa que se afigura da maior importância para, anualmente, partilhar a informação mais relevante que deve ser conhecida pelos oficiais gerais da estrutura superior das Forças Armadas portuguesas, os quadros dirigentes do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e outros representantes dos principais públicos de interesse na área da Defesa Nacional, como os operadores que concorrem diariamente para o fortalecimento da nossa base tecnológica e industrial de defesa.

É uma evidência indiscutível que nenhum país pode verdadeiramente sobreviver isolado do mundo que o rodeia. E, portanto, tal como a maior parte dos países do mundo, Portugal tem um interesse vital no regular funcionamento do sistema internacional.

Para proteger esse interesse, Portugal tem de estar presente com uma voz responsável e credível na miríade de organizações internacionais onde os países cooperam, para garantir a regularidade do funcionamento e a segurança do sistema internacional. Portugal tem de estar, também, à altura da expectativa que os nossos aliados e parceiros têm do que deve ser o nosso contributo para a segurança e estabilidade do sistema internacional. Só isso permite a Portugal ter uma influência no desenho das regras do sistema no mínimo comensurável com a sua escala territorial, económica e demográfica. Neste âmbito, pode dizer-se que Portugal tem tido um grande êxito, visível no facto de vários cidadãos nacionais desempenharem ou terem desempenhado, ao longo dos anos, funções como as de Diretor-Geral da Organização Internacional das Migrações, de Presidente da Comissão Europeia, de Presidente do Eurogrupo ou de Secretário-Geral das Nações Unidas.

Por outro lado, o contributo de Portugal para o funcionamento do sistema internacional passa por garantir a provisão de uma série de serviços extremamente importantes de que a comunidade internacional beneficia no nosso espaço estratégico de interesse permanente, como é o caso da busca e salvamento marítimo, ou da informação de voo numa vastíssima área do oceano Atlântico. Existe, por isso, uma convergência natural entre as atividades que desenvolvemos para fornecer esses serviços e, por exemplo, as atividades de presença e patrulhamento que nos permitem ter visibilidade e influência nos espaços que nos são mais próximos.

É neste contexto, nacional e internacional, que devemos olhar para a atividade operacional das Forças Armadas portuguesas e para as missões que estas desempenham todos os dias um pouco por todo o mundo com grande profissionalismo.

Ao serviço das Nações Unidas, da União Europeia e da NATO, bem como em diversos quadros de cooperação bilateral e multilateral, as forças armadas portuguesas empenharam durante o ano de 2018, em missões e operações fora do território nacional, uma média mensal de 860 militares, um aumento de 17% em relação ao ano de 2017. As participações nacionais mais significativas ocorrem atualmente na República Centro Africana, no quadro da missão de estabilização das Nações Unidas e da missão de treino da União Europeia naquele país, e no âmbito da missão da NATO no Afeganistão. Já tive, aliás, a honra de visitar ambos os teatros de operações, testemunhando como as forças portuguesas são altamente valorizadas pelos comandantes de quem dependem.

Deste modo, dignificando o nome de Portugal e contribuindo para a afirmação do nosso país na cena internacional, as Forças Armadas participaram no esforço multilateral e multidimensional de projetar estabilidade em países e regiões que dela carecem, ajudando a prevenir que situações de instabilidade ou insegurança possam escalar para situações de grave perturbação do funcionamento do sistema internacional.

A par destas missões e operações internacionais, Portugal desenvolveu, durante o ano de 2018, numerosas atividades de cooperação no domínio da defesa nos países africanos de língua portuguesa e em Timor-Leste, ao mesmo tempo que, em Portugal, neste mesmo âmbito, nos estabelecimentos de ensino dependentes do MDN, é ministrada formação de longa duração a alunos desses países.

No espaço estratégico de interesse nacional permanente, além das atividades quotidianas mais diretamente relacionadas com a missão constitucional da defesa do nosso território, como é o caso, por exemplo, com elevadíssimo grau de prontidão, da defesa aérea, as nossas Forças Armadas desempenham outras missões de grande importância. Uma delas é o exercício da autoridade do Estado Português e a projeção de influência nas vastas áreas do oceano Atlântico sob nossa jurisdição, incluindo a área que resultar da definição do limite da plataforma continental, ou onde assumimos responsabilidades perante a comunidade internacional, como a busca e salvamento no mar que há pouco referi.

Outra missão que importa referir é o apoio às populações, em particular em situações de emergência que obrigam ao reforço dos meios da proteção civil. Em 2019 será concretizada a importante reforma do modelo de gestão dos meios aéreos que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, confiando à Força Aérea o comando e gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais por meios próprios do Estado, ou outros que sejam sazonalmente necessários. No apoio em situações de calamidade, no combate ampliado aos incêndios rurais, nas evacuações sanitárias entre ilhas nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira e em tantas outras missões, a população portuguesa tem contado e continuará a contar no futuro com o apoio inestimável das Forças Armadas.

Finalmente, as Forças Armadas portuguesas cooperam com as Forças e Serviços de Segurança sempre que necessário. Esta cooperação esteve desde sempre constitucional-

mente e legalmente prevista em estados de exceção ou de emergência, mas em Portugal e nos países europeus, de que França é um bom exemplo, foi ganhando novas dimensões nas últimas duas décadas, face à necessidade sentida pelos Estados de coordenarem mais eficazmente todos os recursos à sua disposição para fazer face a ameaças transnacionais das mais diversas tipologias, que não conhecem fronteiras entre segurança externa e segurança interna.

Vemos, assim, que a Defesa Nacional e as Forças Armadas são, na verdade, uma componente essencial de um sistema mais vasto cuja finalidade é, em última análise, num ambiente internacional que se caracteriza pela mudança acelerada e pela interdependência complexa entre todos os atores, a de garantir a segurança de que a sociedade e as instituições, as empresas e as pessoas que a constituem necessitam para, num contexto tão estável e previsível quanto possível, fazerem os seus planos e viverem as suas vidas. Porque, no fundo, o que verdadeiramente interessa é que as portuguesas e os portugueses possam exercer livremente em segurança os seus direitos, entre os quais o de autodeterminar o seu destino e prosseguir tranquilamente os seus projetos de vida.

De acordo com todos os indicadores, Portugal é um dos destinos mais seguros do mundo e decerto todos desejamos que continue a sê-lo. Mas não estando Portugal isolado do mundo que o rodeia e não estando, portanto, imune a um leque alargado de ameaças, todos sabemos como tem de ser permanente o trabalho de controlar os riscos, prevenindo as ameaças onde for preciso fazê-lo e, ao mesmo tempo, preparando o país para, não apenas mitigar ao máximo os efeitos dessas ameaças, caso ocorram, mas também restabelecer rapidamente as normais condições de funcionamento da sociedade.

Existe uma articulação intrínseca entre segurança e economia. Sem segurança a economia não funciona bem. Mas, como vemos em diversos países e regiões do mundo, se a economia não funcionar bem é difícil garantir convenientemente a segurança do país e das pessoas. No entanto, não existe um algoritmo, ou uma aplicação, que nos forneça instantaneamente qual deve ser, em cada momento, o sistema de forças ideal de um determinado país.

O nível de ambição constante no sistema de forças nacional aprovado em 2014 resulta, assim, de um esforço de análise e conceptualização estratégica visando dotar as Forças Armadas dos meios necessários para cumprir as suas missões. É um nível de ambição cuja concretização progressiva tem de, ciclicamente, ser adequada às disponibilidades e prioridades do país. Tem de ser, portanto, suficientemente flexível para se ajustar às alterações do ambiente que vão sendo apreendidas e incorporadas nos processos de decisão ao longo dos quatro anos do ciclo de planeamento estratégico de defesa militar, que, por seu turno, informa o processo de revisão da Lei de Programação Militar (LPM).

O debate na especialidade da proposta de LPM, que foi apresentada pelo Governo e aprovada na generalidade pela Assembleia da República há menos de duas semanas, decorre neste momento na Comissão de Defesa Nacional. É uma proposta que prevê investimentos de 4,74 mil milhões de euros no reequipamento das Forças Armadas até 2030, representando um aumento de 50% em relação ao volume global de investimento previsto na anterior LPM, aprovada em maio de 2015.

É, por outro lado, um volume de investimento que traduz o empenho de Portugal em respeitar o compromisso de investimento de defesa assumido em 2014 por todos os aliados na Cimeira da NATO de Gales, reafirmado sucessivamente na Cimeira de Varsóvia de 2016 e na Cimeira de Bruxelas de 2018. Nesta última, Portugal apresentou dois cenários para a concretização deste compromisso. Um, que depende mais de nós, suscetível de ser atingido de forma sustentada sem pôr em causa o objetivo de ter umas finanças públicas saudáveis, em que prevemos um crescimento progressivo das despesas de defesa até atingirmos 1,66% do PIB em 2024; e outro, dependente do acesso a fundos europeus, no contexto do desenvolvimento da defesa europeia, em que atingiremos 1,98% do PIB nesse mesmo ano. Estas projeções traduzem, assim, uma visão estratégica que pressupõe coerência e convergência entre o compromisso de Gales e o desenvolvimento de uma Europa da Defesa.

É, assim, um novo ciclo que se abre, em que aproximadamente dois terços do investimento previsto na proposta de LPM são de continuidade e um terço diz respeito a novos projetos. Relativamente aos novos projetos estruturantes, trabalharemos para que na máxima extensão possível estes possam contribuir para o robustecimento do sistema científico e tecnológico e do tecido industrial nacional. Fazer estes investimentos sempre que possível em Portugal é importante não apenas pelo que isso significa em termos de criação de emprego qualificado, de capacitação das empresas portuguesas e de reforço da sua capacidade de exportação, mas também pelo que significa em termos da maior autonomia que resulta do facto de se poder ter um maior controlo sobre as cadeias de abastecimento.

Com efeito, a consolidação dos mercados europeus de defesa, que tem conhecido passos decisivos na última década e meia, vem colocando novos desafios de posicionamento e afirmação de Portugal nos planos da competitividade, da competência e da inovação. Neste contexto, a existência de uma indústria de defesa nacional associada a tecnologias de elevado valor acrescentado, não só estimula a ligação com os centros de investigação e as universidades nacionais como, simultaneamente, potencia o seu envolvimento nos mercados internacionais de defesa, integrando cadeias de valor, eventualmente participando em programas multinacionais da União Europeia e da NATO, que em última análise também melhoram as perspetivas de sustentabilidade das Forças Armadas portuguesas.

A indústria de defesa nacional é, portanto, um ativo estratégico e um setor onde existe um importante interesse nacional. Para a proteção deste interesse concorrem as participações que o Estado detém em diversas empresas do setor da defesa. A aprovação da LPM, o compromisso de investimento em defesa assumido no quadro da NATO e os recentes desenvolvimentos no âmbito da defesa europeia sugerem, assim, a revisitação que está a ser feita pelo governo do modelo previsto para as participações do Estado nas indústrias de defesa. Uma revisitação que, estou certo, muito beneficiará da reflexão que vai ser feita num dos painéis deste seminário.

É uma reflexão que tem de ter necessariamente em conta o desenvolvimento que a política comum de segurança e defesa conheceu nos últimos dois anos e meio. Em junho

de 2016 o Conselho aprovou a “Estratégia Global da UE para a Política Externa e de Segurança”, abrindo o caminho para iniciativas subsequentes como a revisão ou análise anual coordenada em matéria de Defesa, a Cooperação Estruturada Permanente ou a criação, pela Comissão Europeia, do Fundo Europeu de Defesa, que concorrem para o desenvolvimento de capacidades europeias. A Iniciativa Europeia de Intervenção, aliás, uma iniciativa francesa já aqui referida a que Portugal aderiu desde a primeira hora, é também um contributo importante para aumentar a atuação coordenada e a interoperabilidade das capacidades militares europeias.

São instrumentos que ainda estão a amadurecer e cujo impacto e alcance, portanto, provavelmente apenas ao longo dos próximos anos se começarão a visualizar com maior clareza, mas que, do ponto de vista português, se fundam no pressuposto de que uma União Europeia mais forte torna a comunidade transatlântica mais forte. E que uma comunidade transatlântica forte, aberta ao mundo, respeitadora e promotora do direito internacional, da democracia, do estado de direito e do multilateralismo, tornam o mundo um lugar melhor para se viver.

Pela geografia, Portugal é um país europeu e um país atlântico, membro e contribuinte ativo para as operações das Nações Unidas, da União Europeia e da NATO. Fruto do seu percurso histórico, integra a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tem relações históricas especiais com inúmeros países e importantes comunidades emigrantes espalhadas pelo mundo. É, portanto, um desafio de todos os tempos para a Defesa Nacional e para o pensamento estratégico nacional conciliar as necessidades de defesa com as oportunidades de cooperação com os nossos parceiros e aliados.

Mas nenhum pensamento estratégico resistiria se os portugueses não interiorizassem como seus os valores que importa proteger. Na verdade, a história mostra-nos que Portugal não teria sobrevivido se, sempre que foi preciso, os portugueses não tivessem estado dispostos a lutar e a fazer sacrifícios para proteger os seus direitos, os seus valores e a sua liberdade. E, portanto, o grande desafio da Defesa Nacional, todos os dias renovado, é porventura, mais do que ter um sistema de forças equilibrado, que certamente o país tem de ter, o de fazer com que Portugal continue a ser, para todos os portugueses, um país pelo qual vale a pena lutar.

Por isso, mais uma vez saúdo esta inovadora iniciativa e todos os que nela participam, com a certeza de que irá dar excelentes frutos, de que todos iremos certamente beneficiar.

PAINEL I

A Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade

Resumo

A relação entre as Forças Armadas e a sociedade é de primordial importância nas sociedades democráticas. No contexto europeu de paz no pós-II Guerra Mundial, deu-se um distanciamento histórico entre as instituições militares e as populações que elas servem. Há hoje, ainda, um desafio de atualização do elo entre as Forças Armadas e as populações, porque as Forças Armadas não são menos necessárias hoje do que noutros momentos do passado.

Em Portugal, o prestígio das Forças Armadas Portuguesas mantém-se intacto; 83% dos portugueses considera que as Forças Armadas são necessárias e é a instituição em que mais confiam, com 69% de preferências, segundo dados recolhidos no Dia da Defesa Nacional de 2018.

Mas o desconhecimento é muito grande, existe pouca interação entre as Forças Armadas e o público em geral, correndo-se o risco de a imagem da instituição ser resultado da análise mediática.

A posição das Forças Armadas face ao regime político onde se inserem tem vindo a mudar ao longo do tempo. Durante o período do Estado Novo, as Forças Armadas eram um instrumento do regime, nomeadamente no que se refere à Guerra Colonial. No novo contexto social pós-colonial e democrático iniciou-se um processo de reabilitação da imagem das Forças Armadas junto dos portugueses, mas a sua readaptação foi demasiado lenta, com períodos de marginalização e falta de investimento, e não foi devidamente explicada aos portugueses. Isso traduziu-se no desprestígio dos militares e a um distanciamento nas relações Política/Forças Armadas, tendo como resultado mais evidente um fechamento das Forças Armadas sobre si mesmas.

A recuperação e renovação da importância das Forças Armadas no quadro nacional foi possível a partir da década de 1990, passando a entender-se a segurança e a defesa como investimentos na manutenção de uma ordem assente na economia livre e nos direitos humanos. A participação dos nossos militares em missões multilaterais em muito contribuiu para que se reunissem as condições sociais e políticas para um investimento financeiro na modernização das nossas Forças Armadas, que a crise financeira de 2008 voltou a condicionar e que ainda hoje se faz sentir.

Pese embora o elevado nível de apoio dos portugueses às suas Forças Armadas, subsistem, contudo, diversos desafios:

- transmitir aos portugueses uma noção mais atualizada do papel das nossas Forças Armadas, num novo contexto estratégico marcado por numerosos apelos ao nacionalismo e ao isolacionismo, sobretudo por via dos fenómenos do terrorismo, refugiados e migrantes. As prioridades estratégicas do país mantêm-se alicerçadas

na NATO e na Europa, mas é urgente debater com os cidadãos as alterações em curso na defesa europeia e as dinâmicas nas relações transatlânticas;

- proporcionar reflexão estratégica sobre a defesa e as Forças Armadas, no apoio à tomada de decisão, exigindo assim que se sistematize, analise e divulgue informação atualizada e de qualidade sobre o universo da defesa;
- debater com a população a importância da participação das Forças Armadas no quadro das missões internacionais. Esta participação tem, sem dúvida, um grande peso na nossa política externa, alavancando-a e dando visibilidade e prestígio ao país. Neste contexto é importante referir a cobertura que tem vindo a ser feita pelos órgãos de comunicação social e a imagem positiva que tem sido transmitida dos nossos militares nestas missões;
- readequar a relação de proximidade entre as Forças Armadas com o povo português. Efetivamente, o novo dispositivo estratégico que implica o emprego da força em áreas distantes do continente torna esta relação, de certo modo, impessoal, visto que a atuação não é visível para a grande maioria da população. É importante, contudo, salientar que as Forças Armadas desempenham um conjunto de importantes missões de apoio às populações, incluído no âmbito da cooperação com a proteção civil, que muito contribuem para tornar as FA mais visíveis aos olhos dos cidadãos. Neste contexto, saúdam-se as iniciativas que estão a ser desenvolvidas, no quadro das relações Forças Armadas /população, pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, por exemplo, a iniciativa “alista-te por um dia”, e pelo Instituto da Defesa Nacional, através da assinatura de protocolos para a promoção do Referencial de Educação para a Segurança a Defesa e a Paz, que formou já 1700 professores;
- recrutar e reter jovens tem de ser uma estratégia nacional que não dependa apenas da Defesa. Tem de ser potenciado o papel da educação, enquanto via estruturante na difusão dos valores nacionais, que são a base da defesa e, por isso, centrais à aproximação à sociedade. Desde logo, no capítulo do recrutamento e retenção de efetivos, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas cujos resultados só poderão ser visíveis no futuro, no mínimo no espaço de um ano.
- alargar o acesso de diferentes grupos da nossa sociedade às Forças Armadas, captando um maior número de elementos do sexo feminino – a atual percentagem de 11% é manifestamente insuficiente – mas também captando recursos humanos motivados e qualificados, nomeadamente nas áreas tecnológicas.

A Defesa Nacional soube sempre reinventar-se ao longo da história e hoje não será exceção. Encontrará, certamente, a melhor forma de promover a necessária aproximação entre as FA e a sociedade portuguesa.

PAINEL II

Os Desafios da Ciberdefesa e as Ciberameaças

Resumo

Com a utilização generalizada da Internet, surgiram novas formas de comunicação, que acabaram por alterar os tradicionais processos de interação social, econômica, política e cultural. O ciberespaço, incluindo todas as infraestruturas de informação acessíveis através da Internet, construiu um espaço de comunicação à escala global, transcendendo as tradicionais fronteiras territoriais dos Estados.

O ciberespaço, devido à sua natureza virtual, não é gerido nem é propriedade dos Governos, mas de todos os utilizadores de uma sociedade de informação global. Devido ao rápido desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o ciberespaço encontra-se em permanente evolução e modificação. Por essa razão, os instrumentos clássicos de regulação e soberania, postos em prática pelos Estados para reduzir os riscos emergentes do ciberespaço, são difíceis de implementar.

Quando se analisam as ameaças decorrentes da possibilidade de atores hostis explorarem as vulnerabilidades das infraestruturas de informação de um país – incluindo através do ciberespaço –, temos que avaliar tanto as suas intenções, como as suas capacidades para infligir danos a essas infraestruturas, de forma a definir o nível da ameaça que podemos ter que enfrentar. As ameaças podem materializar-se através de ações conduzidas por indivíduos isolados (*hackers*), por grupos organizados (crime organizado, grupos de pressão social ou terroristas) ou mesmo por Estados (ciberguerra).

A vigilância e recolha de informação são, por isso, fundamentais na avaliação das potenciais ameaças, que no ciberespaço podem ser desenvolvidas por atores estatais ou não estatais, que prosseguem os seus interesses, sejam eles financeiros, ideológicos ou de propagação da violência. No domínio dos atores estatais e das suas ações, o número de países identificados, associados às chamadas Ameaças Persistentes Avançadas, tem também crescido e pode hoje dizer-se que já não são só os adversários do mundo ocidental que estão listados nesse número.

Todos os Estados têm vindo a concluir que os seus sistemas soberanos são um alvo apetecível e existe já uma boa capacidade perimétrica de deteção de ameaças, trazendo informações pontuais, precisas, pertinentes e úteis sobre agressões em curso, que permaneceriam desconhecidas sem esses recursos. O trabalho de combate às ciberameaças exige uma vigilância e atualização constante de equipamentos, processos e pessoas, perante adversários fortes, persistentes e, acima de tudo, muito focados nos resultados que pretendem obter.

Outro centro de preocupações tem a ver com dados soberanos. O Estado deve, sobre esta categoria de dados, prestar especial atenção para a defesa da sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, com especial ênfase para a forma como se defende a identidade digital de cada cidadão.

No centro das nossas preocupações deverão estar, também, as infraestruturas críticas, sendo as mais relevantes as que poderão causar mais danos diretos nos serviços e às populações. Ou seja, todas aquelas que, a partir de uma estrutura material, contribuem para a gestão de fluxos. Fluxos de energia, de água e afluentes, de tráfego terrestre, aéreo e marítimo e de comunicações. Tendo todas elas em comum a dependência do mundo interconectado que permite a gestão, operação remota e interoperabilidade.

A crescente ocorrência de ciberataques contra Estados soberanos fez com que muitas das maiores potências mundiais (ex: EUA, China e Rússia), detentores de uma capacidade militar convencional à escala global, tenham vindo a criar, essencialmente ao longo dos últimos anos, não só os mecanismos necessários para evitarem ser atacadas, mas também a capacidade para projetar poder neste novo domínio operacional.

Ao nível europeu, esta decisão foi também, entretanto, seguida por outros Estados (ex: Alemanha, Reino Unido, Espanha e França), que anunciaram mais recentemente a formação de Comandos responsáveis pela condução de operações militares no ciberespaço. Demonstrando grande preocupação com o impacto crescente do ciberespaço no ambiente de segurança internacional, a própria Aliança Atlântica acabou por igualmente reconhecer, na Cimeira de Varsóvia (07-09 julho de 2016), o ciberespaço como um 4.º domínio operacional, a par da terra, mar e ar.

A necessidade urgente de desenvolver e implementar mecanismos de proteção e defesa, destinados a garantir a livre utilização da Internet e do ciberespaço têm conduzido os Estados ao aprofundamento de uma cultura de cibersegurança e à tomada de consciência coletiva, relativamente à importância do desenvolvimento de políticas e estratégias cooperativas de combate a todas as formas de ataque cibernético. Assim, iniciativas recentes de âmbito nacional e internacional (ONU, NATO, UE, OSCE e G20) têm vindo a surgir de forma a propor acordos de cooperação e dispositivos legais que definam normas e princípios destinados a garantir uma Internet sustentável e um comportamento aceitável no ciberespaço.

Na cooperação nacional, tem-se promovido uma grande aproximação entre as principais instituições nacionais neste domínio. Inicialmente com a Polícia Judiciária e o Centro Nacional de Cibersegurança e, mais recentemente, com o Centro de Ciberdefesa.

Rapidamente, devemos também concentrar-nos numa *governance* mais eficiente dos sistemas críticos, detidos ou não pelo Estado, com regras claras e requisitos suficientes do ponto de vista tecnológico e humano, para atingirmos condições de segurança mais elevadas.

O processo de cibersegurança é contínuo e mutável, em função de uma paisagem de ameaças, agentes, técnicas, ferramentas e procedimentos que precisam de ser constantemente atualizados, de forma a garantir um estado da arte próximo de um nível elevado de proteção.

São grandes os desafios que nos confrontam: construção de um modelo de cibersegurança que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e seja capaz de produzir a informação necessária à construção de conhecimento sobre agentes

de ameaça, suas capacidades e intenções; procurar modelos de *governance* das tecnologias que incorporem a segurança no processo de negócio; incrementar a capacidade de formar utilizadores e especialistas que permitam tornar Portugal um território onde o ciberespaço possa ser utilizado de forma livre e resiliente.

Neste contexto, importa analisar o risco social e o impacto dos diversos tipos de ciberataques, separando os de motivação criminosa daqueles que, por apresentarem um maior poder disruptivo, possam colocar em risco a Segurança e Defesa do Estado. Enquanto o primeiro tipo se enquadra no âmbito da cibersegurança, este último tipo de ataques, enquadra-se no domínio da ciberdefesa.

Enquanto espaço de interação social, o ciberespaço materializa uma área de responsabilidade coletiva onde a atribuição de responsabilidades e competências na sua segurança deverá obedecer à mesma lógica e fundamentos que caracterizam a Segurança e a Defesa do Estado.

O Estado Português tem como tarefa fundamental garantir a independência nacional e criar as condições económicas, sociais e culturais que a promovam. É para o cumprimento desta tarefa que concorre a missão da Defesa Nacional, a par de todos os setores do Estado, contra qualquer agressão ou ameaça externa, incluindo no domínio cibernético.

Garantir a segurança e defesa do ciberespaço (Cibersegurança e Ciberdefesa) constitui hoje um imperativo nacional, essencial para a sobrevivência do País. Na era da informação não será possível assegurar o desenvolvimento e bem-estar social sem garantir a segurança e a proteção das infraestruturas críticas nacionais. Nesse sentido, importa refletir sobre as principais envolventes da utilização da informação, equacionando o desenvolvimento, entre outros elementos, de uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa, em estreita coordenação com a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço. Para Portugal, um ciberespaço fiável e confiável constitui um domínio estratégico prioritário de defesa de valores e interesses nacionais.

No contexto da definição de um conceito de ação estratégica nacional, considera-se fazer sentido estabelecer as seguintes cinco prioridades:

- Estrutura de Governação e Gestão Integrada
Aproximação Coerente (“Cibersegurança e Ciberdefesa”);
- Sensibilização, Educação e Treino,
Investir nas Pessoas, Capital Intelectual e Retenção de Talentos;
- Informação e Conhecimento Situacional
Não existe Cibersegurança sem partilha de informação e *Situational Awareness*;
- Equipamento e Infraestruturas Adequadas
Rápida evolução tecnológica e sofisticação das ameaças;
- Sinergias Nacionais e Cooperação Internacional
Colaboração e Parcerias. Não há soluções locais para problemas globais.

No âmbito da Defesa Nacional cabe às Forças Armadas a Defesa Militar da República, em obediência aos órgãos de soberania competentes. Esta responsabilidade é extensível ao ciberespaço, incluindo o desenvolvimento de operações militares necessárias à defesa do ciberespaço nacional.

Apesar de se reconhecer, atualmente, a dificuldade do legislador em acompanhar a dinâmica registada em muitos dos domínios de exploração do ciberespaço, este tipo de abordagem permitirá colmatar a existência de hiatos legais, decorrentes, em muitos casos, da inexistência de legislação específica.

Portugal tem ganho relevo ao nível da cooperação multilateral em ciberdefesa, nomeadamente no âmbito da NATO e da própria UE, como forma de capacitação nacional e dos nossos parceiros. Na sequência da reunião ministerial de defesa da NATO, que teve lugar em outubro de 2013, Portugal anunciou a intenção de liderar um projeto NATO de *Smart Defence*, afeto à Educação e Treino em Ciberdefesa. A proposta nacional de liderar este projeto foi formulada em estreita ligação com o projeto de transferência da NATO Communications and Information Systems School (NCISS) para Oeiras.

Tendo por base a experiência adquirida no âmbito do Projeto MNCDE&T, Portugal manifestou, também, a sua disponibilidade para liderar, conjuntamente com a França, a Cyber Defence Discipline do EU Military Training Group (EUMTG), estabelecida pela União Europeia em junho de 2014.

Procurando fomentar o desenvolvimento de sinergias nacionais e promover a sua articulação com as iniciativas internacionais (NATO e UE) em curso, foi criada em fevereiro de 2015 uma extensão nacional do Projeto MNCDE&T. Esta iniciativa, que conta atualmente com 108 organizações – 36 organizações públicas, incluindo, o Centro de Ciberdefesa das Forças Armadas e o Centro Nacional de Cibersegurança, 27 Instituições Universitárias, 5 Centros de Investigação, 6 Associações, 2 Bancos e 42 Empresas –, tem vindo a afirmar-se como um elemento estruturante do desenvolvimento das capacidades nacionais de Cibersegurança e Ciberdefesa, onde as Forças Armadas desenvolvem um importante papel agregador das atividades em curso.

A aproximação estratégica seguida, promovendo a necessária integração e articulação de esforços, de natureza multinacional, tem vindo a estruturar-se ao longo de três eixos paralelos (NATO, UE e nacional). Desta forma, em abril de 2015 foi possível adotar o mesmo plano de trabalho; em dezembro do mesmo ano acordar uma visão comum relativa à Educação e Treino em Ciberdefesa; e, mais recentemente, em dezembro de 2016, definir um primeiro *draft* de um currículo comum NATO, UE e nacional.

Tendo em conta todos estes passos, estes são alguns elementos considerados relevantes ao desenvolvimento da ciberdefesa em Portugal:

- Cooperar no plano internacional, quer no prisma multilateral, quer bilateral, e no plano nacional, entre instituições, na partilha de dados técnicos e na gestão de situações concretas.
- Revisão do atual quadro legal, criação de doutrinas, estruturas e meios para dar suporte à condução de Operações no Ciberespaço;

- Criação de uma Estratégia de Ciberdefesa (somos um dos poucos países que ainda não tem doutrina na área); existe uma proposta estruturada do Instituto da Defesa Nacional, resultado de um projeto de investigação aí desenvolvido e publicada no IDN Cadernos n.º 28;
- Criação de uma Estrutura Nacional de Ciberdefesa, que permita garantir um aconselhamento político e que possa servir de órgão consultivo em caso de Cibercrises (ex: Criação de um Conselho Nacional de Ciberdefesa, ao nível do Ministério da Defesa Nacional);
- Criação de um Ciber Comando nas Forças Armadas, que poderá vir a evoluir para a criação de um novo Ramo das Forças Armadas;
- Criar um regime de incentivos para atrair pessoal militar e civil para a área da Ciberdefesa, que permita a criação de capacidade de conhecimento intensivo, através da educação e treino, numa carreira cada vez mais bem remunerada, onde o mercado funciona de maneira global, onde particularidades locais ou regionais são facilmente readaptáveis ou inexistentes.
- Estreitar a ligação com o Centro Nacional de Cibersegurança, tanto ao nível político, como operacional.

PAINEL III

A Cooperação Civil-Militar na Resposta a Ameaças Não-Militares

Resumo

Atualmente, as tendências que marcam os conflitos, a curto e médio prazo, deixaram de ser apenas convencionais. Em paralelo, surgem ameaças híbridas, de carácter irregular e indefinidas e ameaças de disputa de espaços territoriais, onde as diferenças étnicas, de religião, políticas, entre outras dimensões, estão longe de ser pacíficas.

A conflitualidade atual é marcada também pela permanência dos compromissos de alianças de defesa, num largo e complexo espectro de atuações. Ou ainda por operações conjuntas e combinadas, com recurso a meios e armas cada vez mais sofisticados e efeitos devastadores, com áreas de operações centradas nos espaços urbanos com elevada concentração de pessoas, em que são ameaçados os seus interesses afetivos, familiares e a sua propriedade, com frequentes violações dos direitos humanos elementares.

Dentro deste largo espectro, e a par de outras capacidades que concorrem para o sucesso das operações militares, surge a capacidade de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), com um carácter diferenciador que valoriza a *dimensão humana* na sua atuação.

A complexidade dos ambientes operacionais atuais, com os diferentes atores que operam numa mesma área – população, insurgentes, organizações internacionais, organizações não-governamentais, etc. –, é por si só, justificativa da necessidade de uma abordagem mais abrangente e holística no enfrentar das crises. Para compreender a envolvimento nos teatros de operações e como lidar com todos estes domínios e atores, um contributo determinante será, seguramente, dado nas adequadas ações de cooperação e nas interações realizadas pela CIMIC.

A Cimeira de Lisboa, em 2010, marcou uma mudança completa na abordagem da Aliança Atlântica para responder a crises. As lições aprendidas das operações NATO, particularmente nos Balcãs e no Afeganistão, confirmaram a complexidade do ambiente operacional contemporâneo. Nas últimas duas décadas, a NATO tem sido cada vez mais obrigada a olhar além do Artigo 5.º (das operações coletivas de defesa) e a apoiar um vasto conjunto de atividades de estabilização e reconstrução.

Os desafios de hoje exigem uma abordagem abrangente da comunidade internacional, uma ação coordenada de atores militares e não-militares, possibilitando a coordenação dos instrumentos militares e políticos da NATO com os outros instrumentos de poder económico, de informação ou diplomáticos, incluindo os da União Europeia e das Nações Unidas. É neste novo quadro que a CIMIC é solicitada a desempenhar um papel de grande importância, atuando como um facilitador numa abordagem baseada em consulta e diálogo, na transparência e comprometimento, respeitando a autonomia na tomada de decisão.

Na resposta a ameaças não militares, a CIMIC surge numa função de coordenação para facilitar o planeamento e a condução das operações, evitando conflitos ou duplicação de ações. Permite a identificação oportuna de atores civis e o desenvolvimento de uma estrutura de ligação, contribuindo para construir uma consciência situacional e a gestão do conhecimento da envolvente.

A Cooperação Civil-Militar poderá posicionar-se no apoio à Emergência Civil Nacional, em tarefas de preparação preventiva de resposta a desastres naturais, no âmbito da segurança ao nível pedagógico e de aconselhamento, em áreas de maior isolamento; no levantamento, reconhecimento e atualização de bases de dados de informação relevante; na identificação/mapeamento de áreas críticas e/ou negligenciadas com impacto para a população; no apoio nas matrizes de ligação e colaboração nos planos de contingência, integrando o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, na organização da resposta, contribuindo com informação no apoio à decisão.

As vantagens da CIMIC são a experiência militar em operações em áreas instáveis e de risco, com competência para operar em ambientes exigentes, com disciplina de atuação, compromisso e espírito de missão.

No âmbito da cooperação civil-militar da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) na resposta a ameaças não-militares, a União Europeia tem projetadas, simultaneamente, as suas missões civis e militares no Mali, na Somália e na Líbia. Cooperam ao nível da formação, aconselhamento e apoio logístico (especialmente ao nível dos transportes terrestres e aéreos, bem como ao nível do apoio médico).

As missões civis da PCSD são um elemento essencial da abordagem integrada à gestão de crises e, nesse contexto, na relação com outros instrumentos europeus.

O Compacto PCSD Civil, acordado entre o Conselho e os Estados-membros em 19 de novembro de 2018, é fundamental para a União Europeia e os seus Estados-Membros, no sentido de os mobilizar, incluindo Portugal, para alcançar os objetivos desejados.

Atualmente, o contributo de Portugal para as Missões Civis da PCSD é constituído por 26 Peritos Nacionais Destacados (PND) e funcionários contratados. Tem vindo a ser feito um grande esforço na qualificação dos peritos nacionais nesta área, o que contribuirá, certamente, para o êxito do Compacto PCSD Civil. O *Civilian Planning and Conduct Capability* (CPC) considera muito importante para as missões da PCSD que Portugal possa aumentar a sua contribuição.

Destaque para o apoio que a Força de *Gendarmerie* Europeia tem proporcionado ao *Civilian Planning and Conduct Capability* e às missões civis da PCSD, especialmente na área de planeamento e apoio através de equipas especializadas e Unidades Formadas de Polícia ou Unidades de Polícia Integradas, de acordo com os conceitos estabelecidos no Compacto PCSD Civil. Portugal desempenhou um papel importante, no ano passado, quando assumiu a presidência do Força de *Gendarmerie* Europeia através da Guarda Nacional Republicana (GNR). A interoperabilidade entre as forças militares e as forças de *Gendarmerie* na área da PCSD é muito importante para a cooperação civil-militar na resposta a ameaças não militares. Um bom exemplo é a ação da PCSD na República Centro-Africana (RCA), no apoio às Forças de Segurança Interna. Para tal, foi adicionada

uma “Célula de Interoperabilidade” à EUTM RCA, que futuramente se constituirá num pilar de interoperabilidade, e que é constituída por elementos de polícia, especialmente peritos, provenientes de forças de *Gendarmerie* dos Estados-membros, para assegurar o aconselhamento e treino às Forças de Segurança Interna. Essa célula de Interoperabilidade irá ser chefiada por um Coronel português da GNR, demonstrando o elevado empenho que Portugal tem vindo a assumir na RCA, através da participação das suas Forças Armadas e, agora, da GNR.

PAINEL IV

A Base Tecnológica das Indústrias de Defesa

Resumo

A rápida mudança do ambiente estratégico internacional, associada à pressão efetuada pelos Estados Unidos da América, tem vindo a determinar algumas ações por parte da União Europeia (UE) no âmbito da sua política de defesa. Salienta-se a adoção de uma Estratégia Global, em 2016, de um novo nível de ambição relativamente à Política Comum de Segurança e Defesa e, mais recentemente, a criação de um Fundo Europeu de Defesa, no sentido de dinamizar a competitividade, eficiência e inovação na Estratégia Europeia da Base Tecnológica e Industrial contribuindo para a autonomia e liberdade de ação da UE no contexto global.

Este Fundo Europeu de Defesa faz com que a Comissão Europeia passe a ser um dos primeiros quatro investidores Europeus em termos de indústrias de defesa, logo a seguir à França, Alemanha e Reino Unido, privilegiando o investimento em projetos de natureza multinacional e no âmbito das iniciativas no quadro da Cooperação Estruturada Permanente. No entanto, também exige aos Estados-membros um investimento nestes projetos. Os grandes desafios desta iniciativa serão, entre outros, a dimensão dos orçamentos apresentados, o eventual impacto das eleições para o Parlamento Europeu, a relação entre a Comissão Europeia e a Agência Europeia de Defesa, a relação entre a investigação e o efetivo desenvolvimento de capacidades na área da defesa e a necessidade de apresentar resultados com alguma rapidez.

No âmbito da vertente de Investigação do Fundo Europeu de Defesa, a Comissão reservou 90 milhões de euros para a Ação Preparatória sobre Investigação no Domínio da Defesa (PADR). A implementação da PADR é gerida pela Agência Europeia de Defesa, na sequência de um acordo entre a Comissão e a Agência Europeia de Defesa assinado em 31 de maio de 2017. Através deste acordo, a Comissão confia à Agência Europeia de Defesa a gestão e execução dos projetos de investigação a lançar no quadro do Ação Preparatória sobre Investigação no Domínio da Defesa. A título de exemplo desta iniciativa foi referido o projeto OCEAN 2020, relativo ao desenvolvimento do conceito de sistemas integrados para sistemas não tripulados na área naval.

De seguida, foi referido o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial da Defesa 2019-2020, cuja regulamentação foi recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros da UE. Este programa dedica particular atenção às pequenas e médias empresas na área da indústria de defesa, esperando-se que as primeiras candidaturas se registem já no início de 2019.

A Holanda, cujo exemplo foi abordado, pretende estar entre os dez maiores beneficiários dos investimentos europeus no sector. Neste sentido, o governo holandês nomeou um Grupo de Coordenação Interdepartamental e um enviado especial para

lidar com as propostas a apresentar, maioritariamente na área da tecnologia e das indústrias de defesa, contando, também, com o apoio da Associação Nacional das Indústrias de Defesa.

As maiores preocupações da Holanda, que são também as de Portugal neste capítulo, são, para além da pesada burocracia nos concursos, que estas iniciativas possam vir a ser “monopolizadas” pelas grandes indústrias de defesa dos maiores Estados-membros, impedindo um acesso a estes financiamentos pelas pequenas e médias empresas de Estados de menor dimensão. Também estão bastante preocupados com a ausência de um sistema europeu de controlo das exportações; cada Estado tem o seu sistema, o que gera situações de desigualdades nas diversas indústrias nacionais dos Estados-membros.

A estratégia das indústrias de defesa holandesas passa pela identificação de tecnologias e sectores da indústria onde possam investir, sendo que a prioridade vai para a construção naval, sensores e sistema de radar, pequenos *Unmanned Aerial Vehicles* e satélites Intel.

No caso português, salientou-se que a economia de defesa em Portugal vale mais do que uma Autoeuropa, porque existem muitos produtos conexos com a defesa que não têm de ser exclusivamente de defesa. Aqui existe, nitidamente, uma oportunidade para agarrar, que não tem tido a atenção e financiamento que justifica.

O estudo da Plataforma das Indústrias de Defesa (IdD) indica que o volume de negócios da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID) ID é de 5,2 mil milhões de euros, dos quais o setor Aeroespacial e a Defesa representam 2,9 mil milhões. O mesmo estudo indica ainda que 146 empresas exportam para 114 países 3,8 mil milhões de euros, dos quais o setor Aeroespacial e a Defesa representa 2,6 mil milhões. A BTID representa a criação de 32.000 postos de emprego.

Um outro estudo, da Plataforma Nacional da Aeronáutica, Espaço e Defesa indica que o volume de negócios deste setor corresponde a 1,7 mil milhões de euros, as exportações representam 57% do volume de negócios e gera 18.500 postos de trabalho.

Temos, por isso, de ter uma visão da indústria de defesa como “semente”: o sector da defesa é um sector de utilização intensiva de tecnologia e cuja investigação e desenvolvimento de vanguarda se repercutem noutras áreas. A defesa está associada à eletrónica, às tecnologias de informação e de comunicação, aos transportes, à biotecnologia e à nanotecnologia.

Os desenvolvimentos em curso na defesa europeia são uma importante oportunidade de Portugal pegar de vez nesta problemática. É preciso repensar toda a Economia da Defesa, da BTID à Lei de Programação Militar, das participações públicas em empresas de Defesa às lições aprendidas com as contrapartidas.

Não há economia da defesa sem uma articulação estreita entre empresas privadas, atores públicos, Forças Armadas e o ecossistema de conhecimento que permite cruzar saberes académicos, capacidade de criar produtos e soluções a partir da investigação teórica e completar o processo de I&D no terreno, com os militares.

A economia de defesa pode e deve potenciar o desenvolvimento da economia do país, em termos de emprego, PIB e capacidade de exportação. Mas também garantir o

valor operacional e estratégico dos nossos equipamentos militares e sistemas de armas e o retorno, em Paz e Segurança, que eles geram. Estas ideias não se contradizem: reforçam-se mutuamente.

Numa democracia ocidental, se uma prioridade não é compreendida pela população em geral, ela vai perder relevância nas decisões políticas de sucessivos Governos e maiorias parlamentares. Todos querem paz e segurança, mas não lhes é explicado o que é preciso para atingir esse fim, logo as pessoas não compreendem e não estão dispostas a pagar por elas.

Em Portugal, a despesa em defesa está quase estagnada desde o ano 2000, flutuando de forma relativamente estável numa banda entre os 1.800 e os 2.000 milhões de euros (dados da Conta Geral do Estado (CGE)). Para percebermos isto melhor, a despesa em Defesa chegou a ser de cerca de 4% da despesa do Estado e é hoje muito menos que metade disso. Aumentar os investimentos requer uma fundamentação pública.

A internacionalização é um elemento crucial, num setor em que as exportações não seguem canais estritamente comerciais (relações de soberania). Há, por isso, a necessidade de cooperar com as redes AICEP e outras, mas também de ter uma estrutura autónoma.

No caso das aquisições no quadro dos equipamentos de defesa, existe, muitas vezes, um mecanismo de contrapartidas que Portugal, por variadas razões não tem aproveitado. Trata-se de uma situação grave que tem de ser corrigida; não existem razões para não as recebermos. Para pedir contrapartidas temos de ter condições para as aplicar, temos de ter empresas com essa dimensão mínima. Por outro lado, temos de ter a capacidade de dizer quais as contrapartidas que queremos e não ficarmos dependentes das que nos oferecem; nós é que temos de definir as áreas estratégicas que queremos, essa escolha não pode ficar para os outros.

O Fundo Europeu de Defesa é uma oportunidade, mas também é uma ameaça. Pode tornar os gigantes ainda maiores; pode tornar os grandes em gigantes e pode fazer desaparecer os mais pequenos. Para Portugal, que só produz subsistemas, pode ser uma ameaça.

As Forças Armadas não são passivos incómodos, nem podem ser tratadas como tal. Trata-se de um ativo precioso que tem de ser valorizado. É importante termos a perceção do valor que tiramos dos equipamentos e sistemas de armas de que dispomos e se temos condições para efetuar a manutenção de todos estes sistemas. Tratando-se de uma área vital para a nossa independência e soberania, não podemos estar dependentes de outros países; se não somos capazes de manter os equipamentos, não os devemos comprar.

É fundamental alinhar a indústria e a economia de defesa com as necessidades estratégicas nacionais.

Hoje existe a conjugação de três fatores:

- Conjuntura Internacional favorável;
- Sensibilidade Política;
- “Trabalho de casa” feito.

Neste contexto, é o momento ideal e talvez possamos não vir a ter outro, para avançar com esta questão da economia de defesa. Temos de saber planejar para fazer hoje o que não fizemos na última década. Em termos de conclusão, foi referido: “Europeu se possível, nacional caso necessário”.

Sessão de Encerramento

Intervenção da Secretária de Estado da Defesa Nacional, Ana Santos Pinto, na sessão de encerramento do Seminário de Defesa Nacional.

Caros participantes no primeiro Seminário de Defesa Nacional,

Eu sei que o dia já vai longo, mas permitam-me que partilhe convosco algumas reflexões, tendo por base o que foi o princípio orientador de organização deste Seminário. Conforme o Sr. Ministro da Defesa Nacional referiu esta manhã, este seminário foi pensado para “se constituir [como] um espaço e tempo de reflexão, de diálogo sobre grandes questões da Defesa Nacional, procurando identificar caminhos, desafios, apoio ao processo de decisão e apreciação de opções políticas”.

Na verdade, recorrendo à minha formação académica, o que este parágrafo significa é que estamos a falar do ciclo de formulação de uma política pública. Ou seja, estamos a falar da Defesa Nacional enquanto política pública. Falta o debate sobre o conjunto das diversas dimensões que contribuem a produção de políticas públicas, numa área governativa. Neste caso, a Defesa Nacional. Temos, por isso, ainda um longo caminho a percorrer nesta conceção de conjunto. No caso da Defesa Nacional, trata-se de um conjunto que é complexo, que é multivetorial, que necessita de um aprofundamento da coordenação e que tem tido uma série de respostas parcelares a questões muitíssimo importantes, como aquelas que foram tratadas aqui hoje.

Estas respostas assentam, ainda assim, num pilar absolutamente fundamental: a relação da Defesa Nacional e das Forças Armadas com a comunidade política nacional. Significa isto, não só um escrutínio desta política pública, que faz parte do regular funcionamento dos regimes democráticos, mas também o contributo para a definição de prioridades e a necessária adaptação às transformações sociais que se vão sucedendo. Esta é a centralidade da relação da Defesa Nacional e das Forças Armadas com a sociedade portuguesa.

As missões das FA são bem conhecidas. Esta manhã o Sr. Primeiro-ministro elencou-as. E é certo que as missões internacionais são aquelas que têm maior visibilidade. Mas, há todo um outro contexto, tantas vezes invisível à sociedade, que é o que permite o sucesso e o reconhecido profissionalismo dos nossos militares em Forças Nacionais Destacadas.

Ao longo das várias sessões, falámos de duas grandes dimensões: a educação e a comunicação. Foi hoje feita referência a uma nova geração – os *Millennials* – que são “pessoas diferentes” das gerações anteriores. Eu faço parte da geração intercalar, se me permitem, entre os *Millennials* e a geração que normalmente toma decisões políticas. Mas a verdade, é que a Defesa Nacional tem de falar para todas as gerações, desde os jovens do 1.º ciclo, até àqueles que estão em situação de reserva, de reforma e, tantas vezes, de alguma vulnerabilidade. É por isso uma preocupação chegarmos a todos os setores da sociedade. Promover aquele que é o devido reconhecimento do prestígio e a confiança nas FA. Este é um trabalho de longo prazo, um trabalho que cabe a todos e a cada um de nós.

Na educação – que tem um papel absolutamente estruturante – considero que é da maior importância, a coordenação e o conhecimento das diversas atividades que têm vindo a ser desenvolvidas nesta matéria. Por um lado, o Dia da Defesa Nacional, da responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN). Por outro lado, o trabalho de educação para a cidadania e o “Referencial para a educação para a segurança, defesa e paz”, da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional. E também as iniciativas que o Estado-Maior-General das Forças Armadas tem organizado, que vão desde o primeiro ciclo até ao ensino superior. Trata-se de promover a complementaridade de uma série de instrumentos que já existem, mas que certamente uma parte de vós não conhecia.

Uma outra dimensão fundamental é a que diz respeito às Forças Armadas serem um reflexo da sociedade portuguesa. A sociedade portuguesa não é aquela que está refletida nesta sala. É muito mais ampla do que isso. E, portanto, há uma multiplicidade de estruturas sociais, uma diversidade do ponto de vista demográfico, uma pluralidade do ponto de vista da qualificação. A minha geração é tida como a geração mais qualificada da história recente da democracia portuguesa. Esta qualificação tem de se refletir nas Forças Armadas portuguesas. E aqui sabemos que garantir a formação, a atratividade, a competitividade é absolutamente fundamental.

E é fundamental num setor que foi hoje abordado como um pilar fundamental do nosso futuro, que é dimensão ciber. Só conseguimos ter capacidades do ponto de vista ciber se conseguirmos ter pessoal qualificado, recursos humanos de alta qualidade. Temos-los, mas temos de os manter, temos que os atrair, de os conseguir fazer ficar ao serviço das Forças Armadas e de Portugal. E é uma área particularmente interessante, porque precisa de uma articulação entre o público e o privado, entre o civil e o militar e entre o interno e o externo, naquela que é hoje uma fronteira absolutamente fluída, no que toca à segurança interna e a segurança externa, entre o que é civil e militar. Na verdade, nesta, como noutras matérias, estamos a falar da necessidade de um modelo inovador de definição da política de Defesa Nacional.

E é nesta articulação que assenta a definição de uma estratégia mais alargada do ponto de vista da cooperação civil-militar. Porque o objetivo é comum: o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Porque esta evolução – visível ao nível interno e externo – e esta cooperação [civil-militar] assenta na necessidade de criação de respostas para desafios que são complexos. Esta não é uma dificuldade recente. É uma dificuldade de coordenação. É uma dificuldade de inter-relacionamento. É muito mais do que o duplo uso de capacidades. É uma forma de articulação, de operacionalização, de planeamento estratégico, do ponto de vista tático, que tem de ser conjunta, e sob uma orientação política, que é absolutamente fundamental.

E é nesta lógica cooperativa que chegamos à Base Tecnológica e Industrial de Defesa. O Senhor Primeiro-ministro disse hoje, na sessão de abertura deste seminário, que as indústrias de defesa são “um ativo estratégico nacional e fazem parte do interesse nacional”. Neste sentido temos um contexto particular, não só do ponto de vista da UE, mas também da NATO. Como foi hoje referido: “*priority matters*”. Ou atribuímos prioridade

do ponto de vista político ou passamos ao lado desta oportunidade. É necessária, por isso, a definição de uma estratégia para as indústrias de defesa nacionais, que envolva não só o Ministério da Defesa Nacional, mas também o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Economia, o Ministério das Finanças, o Ministério para a Ciência, a Tecnologia e o Ensino Superior, porque esta é uma articulação fundamental para se criarem as sinergias necessárias entre a indústria, a educação e o desenvolvimento, a investigação e inovação. Só assim estaremos preparados para aproveitar esta oportunidade.

Termino, considerando – e espero que partilhem comigo esta avaliação – que o objetivo que foi definido para este seminário, foi amplamente cumprido. Não só do ponto de vista dos conteúdos – já que estivemos aqui num interessante fórum de diálogo que garantidamente nos levará – pelo menos a mim e ao Senhor Ministro – a uma profunda reflexão. Mas, mais do que isso. Porque partilhámos ideias, porque debatemos posições e porque esperamos que, com este fórum, possamos contribuir para o aprofundamento das interações no universo da Defesa Nacional.

Uma última palavra de agradecimento. Em primeiro lugar, em meu nome e em nome do Senhor Ministro da Defesa Nacional, um agradecimento sincero aos nossos gabinetes, que se esforçaram imenso na preparação deste Seminário. Um agradecimento às Relações Públicas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional que foram incansáveis durante o dia de hoje e durante todo o processo de preparação. Um agradecimento naturalmente à Fundação Calouste Gulbenkian e a todos os oradores, moderadores e participantes, porque sem vós não seria possível a realização desta atividade.

Muito obrigada.

05.02.19



seminário
DE
DEFESA
NACIONAL

Programa

09:30 – Sessão de abertura – Auditório 2

- Abertura pelo Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho
- Intervenção da Ministra das Forças Armadas de França, Florence Parly
- Intervenção do Primeiro-Ministro, António Costa

– SESSÕES DO SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL –

11:00 – *Coffee Break* – Sala 1

11:15 – PAINEL I - A Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade

A consolidação da democracia portuguesa exige-nos um pensamento amplo sobre a relação entre as nossas Forças Armadas e a sociedade, para que a missão da Defesa Nacional seja plenamente entendida e validada pelos cidadãos e permanentemente adequada à realidade dinâmica da nossa sociedade.

Orador:

João Gomes Cravinho, Ministro da Defesa Nacional

Moderadora:

Lúcia Meireles, Diretora da Agência Lusa

DEBATE

12:15 – PAINEL II – Os Desafios da Ciberdefesa e as Ciberameaças

O ciberespaço constitui-se hoje como um novo domínio operacional, ao qual a Segurança e a Defesa Nacional se deverão adaptar, numa lógica que garanta simultaneamente as especificidades da Defesa e a coordenação intersectorial, necessárias ao desenvolvimento de respostas eficazes às ameaças difusas com que nos deparamos.

Oradores:

Paulo Viegas Nunes, Comandante da Escola de Sistemas de Comunicações e de Informação da NATO, Latina
Telmo Carlos, Sistema de Informações da República Portuguesa

Moderador:

José Tribolet, Professor do Instituto Superior Técnico

DEBATE

13:15 – Fim da sessão da manhã

05.02.19



seminário
DE
DEFESA
NACIONAL

Programa

13:30 – Almoço oferecido por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional

Forte de S. Julião da Barra – Cisterna

15:30 – PAINEL III – A Cooperação Civil-Militar na Resposta a Ameaças Não-Militares

A cooperação-civil militar na resposta a emergências complexas, de cariz não militar, continua no centro do debate sobre segurança e defesa, tendo em conta a natureza multifacetada das crises contemporâneas e a necessidade de encontrar modelos e formulações que reforcem o necessário equilíbrio entre os diversos atores das relações civis-militares.

Oradores:

Duarte Costa, Comandante Operacional Nacional do Comando Nacional de Operações de Socorro da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

Vincenzo Coppola, Diretor da Capacidade Civil de Planeamento e Condução da União Europeia

Paulo Rodrigues Palma, Comandante da Companhia Geral de Cooperação Civil-Militar (CIMIC)

Moderador:

Bruno Cardoso Reis, Subdiretor do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL

DEBATE

16:30 – PAINEL IV – A Base Tecnológica e Industrial de Defesa

Numa altura de acelerada transformação na política de defesa europeia, que inclui a criação a breve trecho de um Fundo Europeu de Defesa, chegou o momento de voltar a deter a nossa atenção nos desafios fundamentais que se colocam ao setor industrial e empresarial de defesa nacional, aproveitando para o efeito a experiência e a reflexão de outros países europeus.

Orador:

Dick Zandee, Diretor da Unidade de Segurança do Instituto Clingendael, Holanda

Marco Capitão Ferreira, Professor da Universidade de Lisboa

Moderador:

Fernando Albuquerque, Oficial de Ligação na NSPA

DEBATE

17:30 – Encerramento do Seminário de Defesa Nacional

Ana Santos Pinto, Secretária de Estado da Defesa Nacional

Índice de IDN Cadernos Publicados

III SÉRIE	
2018	31 A Democracia na Europa: Alemanha, França, Reino Unido e Espanha Face às Crises Contemporâneas
	30 III Seminário IDN Jovem
	29 Cibersegurança e Políticas Públicas: Análise Comparada dos Casos Chileno e Português
	28 Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa
2017	27 Economia da Defesa Nacional
	26 Novo Século, Novas Guerras Assimétricas? Origem, Dinâmica e Resposta a Conflitos não-Convencionais
	25 II Seminário IDN Jovem
	24 Geopolitics of Energy and Energy Security
	23 I Seminário IDN Jovem
2016	22 Entering the First World War
	21 Os Parlamentos Nacionais como Atores Dessecuritizadores do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia: O Caso da Proteção de Dados
	20 América do Sul: uma Visão Geopolítica
2015	19 A Centralidade do Atlântico: Portugal e o Futuro da Ordem Internacional
	18 Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918
	17 As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o Signo da Energia: Horizonte 2030
	16 O Referencial Energético de Gás Natural Euro-Russo e a Anunciada Revolução do <i>Shale Gas</i>
2014	15 A Diplomacia Militar da China: Tipologia, Objetivos e Desafios
	14 Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: a Força da Vontade, a Arte do Possível
	13 Memória do IDN
2013	12 Estratégia da Informação e Segurança no Ciberespaço
	11 Gender Violence in Armed Conflicts
	10 As Revoltas Árabes e a Democracia no Mundo
	9 Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise
2012	8 Contributo para uma "Estratégia Abrangente" de Gestão de Crises
	7 Os Livros Brancos da Defesa da República Popular da China, 1998-2010: Uma desconstrução do Discurso e das Perceções de (in)Segurança

2011	6	A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
	5	O Futuro da Comunidade de Segurança Transatlântica
	4	Segurança Nacional e Estratégias Energéticas de Portugal e de Espanha
2010	3	As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades
	2	Dinâmicas Migratórias e Riscos de Segurança em Portugal
	1	Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”

II SÉRIE

2009	4	O Poder Aéreo na Transformação da Defesa O Programa de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Autónomos Não-Tripulados da Academia da Força Aérea
	3	Conhecer o Islão
2008	2	Cibersegurança Segurança e Insegurança das Infra-Estruturas de Informação e Comunicação Organizacionais
	1	Conflito e Transformação da Defesa A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão O Conflito na Geórgia

I SÉRIE

2007	5	Conselho de Segurança das Nações Unidas Modelos de Reforma Institucional
	4	A Estratégia face aos Estudos para a Paz e aos Estudos de Segurança. Um Ensaio desde a Escola Estratégica Portuguesa
2006	3	Fronteiras Prescritivas da Aliança Atlântica Entre o Normativo e o Funcional
	2	Os Casos do Kosovo e do Iraque na Política Externa de Tony Blair
	1	O Crime Organizado Transnacional na Europa: Origens, Práticas e Consequências

SEMINÁRIO DE DEFESA NACIONAL

Este IDN Cadernos apresenta um resumo das ideias centrais do Seminário de Defesa Nacional, realizado no dia 5 de fevereiro na Fundação Calouste Gulbenkian. Repartido por quatro painéis, o Seminário abordou questões relacionadas com as Forças Armadas e a Sociedade, a Ciberdefesa e as Ciberameaças, a Cooperação Civil-Militar na Resposta a Ameaças Não Militares e a questão do Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa. A sessão de abertura contou com as intervenções da Ministra francesa das Forças Armadas, Françoise Parly e do Primeiro-ministro António Costa.

